



MULHERES E CANGAÇO NO IMAGINÁRIO POPULAR: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA LITERATURA DE CORDEL

WOMEN AND THE CANGAÇO IN THE POPULAR IMAGINATION: AN ANALYSIS THROUGH CORDEL LITERATURE

Maria Eduarda Lis de Paula Coimbra¹

RESUMO

O cangaço foi um movimento caracterizado enquanto banditismo social e compreendeu do século XVIII até a primeira metade do século XX. Seus integrantes se dividiam em grupos que vagavam pelo sertão nordestino realizando uma série de crimes. As origens desse fenômeno residem, sobretudo, no descaso do governo. A partir disso, investiga-se quais as atividades desenvolvidas pelas mulheres dentro do Cangaço na década de 30 e como estas se repercutiram no imaginário popular, através literatura de Cordel, que será analisada sob a ótica da História Cultural. Essa pesquisa se legitima uma vez que contribui para a valorização e promoção acerca dos debates e construções narrativas sobre história regional nordestina e história das mulheres. Nessa perspectiva, esse estudo agrega fornecendo outros formatos de representatividade, identidade e afirmação, uma vez que reúne esforços para conservar as memórias sobre este fenômeno.

Palavras-chave: Cangaço; Mulheres; Cordel; Imaginário; Popular.

ABSTRACT

The cangaço was a movement characterized as social banditry and comprised from the eighteenth century to the first half of the twentieth century. The origins of this phenomenon lie mainly in the government's negligence. From this, it is investigated what activities were developed by women within the Cangaço in the 30's and how these had repercussions in the popular imagination, through Cordel literature, which will be analyzed from the perspective of Cultural History. This research is legitimized since it contributes to the valorization of theand promotion of debates and narrative constructions on Northeastern regional history and women's history. From this perspective, this study aggregates by providing other formats of representation, identity and affirmation, since it brings together efforts to preserve memories about this phenomenon.

¹ Graduanda do 4º ano de curso de História pelo UNISAGRADO, Bauru-SP. Artigo realizado para as disciplinas de História Contemporânea e Metodologia de Pesquisa em História, sob a orientação da Profª Drª Lourdes M. C. Feitosa e do Profº Drº Roger M. M. Gomes.



Keywords: Cangaço; Women; String; Imaginary; Popular.

O cangaço foi um movimento que compreendeu o século XVIII até a primeira metade do século XX, se manifestando na forma de banditismo social. Os integrantes do movimento se organizavam em grupos nômades, por isso, permearam grande parte do sertão nordestino. As origens desse fenômeno residem na negligência e descaso do governo, principalmente diante de situações como a seca, a fome, as inundações e as injustiças sociais. Por isso, eles eram motivados pela sede de vingança - muitas vezes contra sujeitos vinculados à elite e ao Estado, como os grandes latifundiários - e ficaram sendo característicos pelo uso da violência e execução de uma série de crimes, como roubos, estupros e assassinatos.

Nesse sentido, procura-se investigar quais as atividades desenvolvidas pelas mulheres dentro do Cangaço, a partir do ingresso de Maria Bonita em 1930, e como estas se repercutiram no imaginário popular, através literatura de Cordel. E então, contrastar-se-á com depoimentos orais, somado a uma revisão bibliográfica. A metodologia usada foi uma análise qualitativa sobre as fontes documentais já mencionadas, sob à ótica da História Cultural. A priori, o Cangaço e a entrada feminina serão contextualizados e, então, investigaremos o conteúdo acerca da temática presente nos Cordéis, bem como a maneira que ele se manifesta enquanto representação do pensamento popular, fornecendo pistas reais do imaginário do povo. Por fim, contrastaremos essas construções com depoimentos orais, na intenção de compreender o porquê de tais representações encontradas na literatura de Cordel.

Essa pesquisa se legitima uma vez que contribui para a valorização e na promoção acerca dos debates e construções narrativas sobre história regional nordestina e história das mulheres. Nessa perspectiva, esse estudo agrega fornecendo outros formatos de representatividade, identidade e afirmação, uma vez que reúne esforços para conservar as memórias sobre este fenômeno. De acordo com o historiador Jacques Le Goff (2013, p.485), “De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do



mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”.

A princípio, é necessário compreender as origens desse fenômeno. Suas causas são associadas, principalmente, à uma reação diante de problemas e crises sociais sérias, sua maioria, frutos de uma indiferença vinda dos governos locais e do Estado, resultando na busca por sobrevivência e resistência dentro desse contexto.

Suas primeiras manifestações datam do século XVIII, período em que o Brasil ainda era colônia de Portugal. O Nordeste era substancial na produção econômica do país, que era centrada na relação entre os grandes senhores de terra e a Coroa, uma vez que se pautava na exportação de matéria prima, sobretudo o açúcar e o algodão, sendo os senhores, como cita Maria Machado (1974, p. 140), “sempre leais ao Reino, além de representarem boa fonte de renda. Seus lucros correspondiam a lucros para a Coroa”.

A exploração das terras para o estabelecimento de grandes latifúndios de exportação levou ao surgimento de pequenos vilarejos à sua volta. Nos sertões, eles se estabeleciam em regiões próximas aos riachos, instituindo a agricultura de vazante. Conforme os anos se passaram, isso resultou em um crescimento demográfico, já perceptível no século XVIII:

No século XVIII, o sertão, se não está densamente povoado em toda sua área, o está em seus veios e, em rios. Intercalam-se, nestas regiões mais favorecidas, faixas desprovidas de água que só as vias de comunicação atravessam. Ao longo delas estabelecem-se alguns moradores, apesar das dificuldades locais para prestarem concurso às boiadas que transitam na proximidade, ou para recolherem, a baixo preço, alguma réis estropiada pelas longas caminhadas e construirém assim uma pequena fazenda (MACHADO, 1974, p. 143).

Esse processo de povoamento e desenvolvimento das dinâmicas locais favoreceu exclusivamente a elite – ou seja, os senhores de terras – devido aos interesses econômicos da Coroa, provindos, segundo Machado (1974, p. 151) “a partir das duas atividades da fazenda: criação de gado e a lavoura — principalmente de algodão”, os quais suscitaram apoio e privilégios políticos para estes indivíduos. O resultado dessa aliança foi o



estabelecimento de Oligarquias para manter o poder local, que ganharam força, em particular, no governo Campos Salles.

Campos Salles precisava exportar toda a mercadoria de que dispunha o Brasil para pagar empréstimos feitos; para, tanto, sentiu necessidade de fortalecer o regime agrário que a seu ver era o mais adequado à natureza da economia brasileira. Qualquer tentativa de promover a industrialização foi colocada em segundo plano. Para fortalecer sua política agrarista, formulou um esquema de relacionamento com os governos regionais, que lhe amparavam os intentos, e dele colhiam compensações para seus Estados. Daí ter lançado a política dos governadores, que significava, na realidade, uma permuta de favores entre as oligarquias regionais e o poder central, sendo que as primeiras poderiam manter-se no estágio agrarista ditado pela própria política econômica do país (Machado, 1974, p. 146).

Em troca do poder político concebido às Oligarquias, elas, por sua vez, ficavam com a responsabilidade, como cita Machado (1974, p. 147): “de solucionar os problemas do próprio Estado, inclusive pela dominação, com poderes de abafar quaisquer manifestações de resistência”. Procurando cumprir essa tarefa e manter a ordem, essas Oligarquias se vinculavam a milícias locais, faziam uso da força e aplicavam golpes.

Detendo, pois, a liderança econômica, os Coronéis reúnem implicitamente, o mais alto prestígio político local, disputando ou indicando protegidos para a Intendência, para a Assembleia Geral ou Provincial, para o Senado, para o Conselho da Câmara Comunal, para as coletorias, para os cargos da justiça e da polícia, etc., influenciando, por tais meios, de maneira a mais decisiva, na elaboração das leis municipais; na imposição de tributos e na distribuição de favores; abrangendo sua influência todas as esferas do poder público que se configura, muitas vezes, não como elemento do Estado mas, como um bem privado, familiar (Moraes, 1991, p. 25).

As camadas populares, entretanto, desprovidas de meios intelectuais e sem grandes propriedades, não tinham muitas chances de ascender na vida, ficando de fora das decisões significativas no processo de assentamento, como na vida política. Não possuíam voz ativa, tampouco poder de escolha. Ainda de acordo com a autora, a população pobre

Não participou na formação da comunidade a não ser como objeto de trabalho, de meio de produção; suas opiniões não eram ouvidas; não havia integração de todos os indivíduos na ordem social. Os libertos, os



escravos e os segmentos marginais ou dependentes da população estavam, naturalmente, excluídos da ordem social; não dispunham de meios para acumulação de renda para grangear prestígio social e conquistar o poder; em termos estatais e de castas, era pequeno o número de indivíduos que podiam participar diretamente daquela ordem social mesmo depois de abolida a escravidão. Só elementos componentes da classe dominante conseguiam ter acesso à ordem social competitiva; nem todos os estratos sociais logravam meios para desempenhar normalmente os papéis políticos que os integrariam à sociedade nacional. As leis eram iguais para todos, no papel, mas na prática isso não era válido (Machado, 1974, p. 141).

Apesar de toda influência e o uso da força, a efetuação do cumprimento de algumas obras às camadas populares são imprescindíveis para que não haja o surgimento de levantes e revoltas. No entanto, principalmente em períodos de seca e fome, o povo encontrou-se desamparado por seus governantes, recorrendo a outros meios de sobrevivência, dando origem ao Cangaço, além da disputa por terras que residiam nas mãos da elite, como aponta a licenciada em história.

As secas e as lutas em torno das propriedades são apontadas por diversos estudiosos do tema, como Rui Facó, Billy Jaynes Chandler, Frederico Pernambucano de Melo, dentre outros, como fatores motivadores para o surgimento do cangaceirismo. A seca como elemento impulsionador do cangaço para muitos estudiosos foi o fator primordial no surgimento dos primeiros bandos de cangaceiros (Claudino, 2013, p. 15).

O Cangaço é caracterizado enquanto uma forma de banditismo social, que é um fenômeno, de acordo com Eric Hobsbawm sob a perspectiva da História Social, universal que se manifestou em diferentes partes do globo, sendo uma resposta violenta de grupos que se dividiam em bandos, à dominação imposta pelo poder local, levando a migração pelo sertão enquanto era desenvolvida a prática de diversos crimes, como a pilhagem, roubos, assassinatos e estupros. Hobsbawm (1975, p. 15-17) descreve como “homens fisicamente aptos, a passar fome” a “tomar pelas armas aquilo que necessitam”.

O ingresso das mulheres dentro do movimento ocorreu na década de 30, com a entrada de Maria Bonita ao bando de Lampião, logo no início do governo Vargas, momento em que as Oligarquias locais e o coronelismo ainda estavam bem consolidados com o apoio do poder central. A admissão das mulheres e o desenrolar das atividades



femininas nos bandos, é um episódio que foi abordado por diversos meios, de diversos grupos. Entre eles, a literatura de Cordel.

O Cordel é uma literatura que retrata, desde acontecimentos locais, do dia-a-dia, até mesmo acontecimentos à nível nacional e internacional. Sua linguagem é simples e dividida em versos, com forte oralidade e musicalidade, possuindo um autor regional, que também faz parte da comunidade. E além de poesia, a literatura de Cordel é caracterizada enquanto “imprensa popular”, pois ela é concebida como meio de informação e formador de opiniões das camadas mais populares e analfabetas.

Os vários estudiosos destacaram o papel fundamental do cordel como formador de opinião pública. Em função da escrita simples e versada, o cordel facilitou a compreensão dos populares, sobretudo dos analfabetos e também despertou simpatia nos indivíduos letrados que apreciavam a poesia. Os analfabetos tinham a oportunidade de ouvir os folhetos recitados ou cantados nas diversas feiras nordestinas. Além disso, podiam comprá-los e pedir a algum amigo que os recitassem. Os poetas interpretavam os acontecimentos da sua cidade, região, país e mundo e os retransmitiam numa linguagem simples ao povo. Soma-se a isso, a facilidade em fixá-los na memória. Daí o seu papel fundamental como formador de opinião (Freitas, 2005, p. 43).

Portanto, uma vez que o folheto possui o papel de formador de opinião e o cordealista tem suas origens juntamente com o povo, as camadas populares o vislumbra como um representante da comunidade, alguém com uma voz a ser ouvida e que fala por todos, resultando em um influxo conjunto que nos indica evidências do pensamento coletivo popular da época entorno da participação feminina no Cangaço, como destaca Curran (2001, s/p.),

O poeta é ligado estreitamente ao povo e aos seus problemas devido à sua vida em comum, à sua tradição cultural e à sua condição social. São as suas experiências pessoais e a sua reação à vida, como representante do povo, que oferecem ao historiador, ao sociólogo, e ao antropólogo cultural indicações verdadeiras do pensamento do povo.

Nessa perspectiva, o objeto de estudo a ser analisado, visando compreender o imaginário desses segmentos, é o Cordel “Maria Bonita – A Mulher Cangaço” do autor Antônio Teodoro dos Santos. O cordealista Antônio Teodoro dos Santos é baiano, nascido



na cidade de Jaguarari e viveu entre os anos 1916 e 1981, tendo a oportunidade de coexistir no mesmo período em que o cangaço. A primeira publicação de sua obra data o ano de 1963, vinte e três anos após a decadência do movimento cangaceiro. Em seu livro, é perceptível a mitificação de algumas figuras que ali são retratadas. É ressaltado, também, a entrada voluntária por parte das mulheres nos bandos. Ao fazer uma introdução sobre seu tema, primeiramente Teodoro faz um breve panorama sobre as mulheres que se destacaram na história do Brasil, como Maria Quitéria e Anita Garibaldi. E então, remonta a infância de Maria Bonita mostrando que ela, desde criança era incomum às meninas da sua idade, pois já apresentava traços de heroísmo e bravura.

Brincava do mesmo jeito
Com meninas e meninos,
Porém gostava de usar
Os brinquedos masculinos
Como armas e cavalos
Jamais queria trocá-los
Pelos outros femininos
Brincando mostrava que
Não gostava de bonecas,
Preferindo ser chamada
De uma menina sapeca...

(Santos, 1963, p. 07)

Esses versos são importantes uma vez que as brincadeiras são uma maneira lúdica dos mecanismos de distinção e papel dos sexos, reforçando uma ideia de predestinação, desde a infância, que Maria Bonita traria mudanças no cangaço, se tornando a primeira mulher a participar de um bando. Podemos atestar o começo de uma mitificação.

Como que veio marcada
Por um poder diferente,
Desde muito pequenina
Tinha o gênio muito quente;
Atrás da bonita imagem



Ela escondia a coragem
Que enganou muita gente.
(Santos, Antônio. 1963, p. 05)

Prosseguindo em sua narrativa, o autor chama atenção para outro ponto que reforça essa atmosfera mítica entorno da figura de Maria Bonita, na medida em que seu primeiro nome traz consigo um valor simbólico sagrado.

O nome Maria traz
Uma magia de glória,
De luta, de sofrimento,
De derrota, de vitória,
Como a que nos trouxe a luz
Que como mãe de Jesus,
Passou da vida à História.
(Santos, 1963, p.06)

Todos esses elementos trazidos pelo poeta até então, constroem uma figura heroica e, até mesmo, sobrenatural: “A composição do poeta pode ser pensada como um recurso para legitimar a coragem e a bravura de sua personagem, a quem não poupa elogios. Qualifica-a como “astuta”, “linda”, “atraente”, “sensível”, “corajosa”, “valente”, entre outros tantos elementos que permitam a sua mitificação” (Freitas, 2005, p.139)

Procurando legitimar o heroísmo de sua personagem, o autor Teodoro do Santos, ressignifica esses acontecimentos de maneira fantasiosa e exagerada, como fica claro no seguinte trecho

Pois quando avançava que
Pegava um boi pelo rabo
Que enrolava na mão,
Mesmo sendo um bicho brabo,
Ela dava um safanão
E o derrubava no chão,



Depois gritava: - Eta diabo!

(Santos, 1963, p. 08)

O poeta prossegue relatando que, conforme o tempo foi passando, para não ficar solteira, Maria Bonita se casa, mas não com o homem ideal. Insatisfeita com seu matrimônio, ela vai até a casa de sua mãe e confidencia que gostaria de “um homem forte, / Macho, duro até morrer, / Que para me defender/ Não tenha medo da morte”. Qualidades que correspondiam a um homem valente, atraente e másculo, que estavam presentes em Lampião.

Seguindo em sua narrativa, a paixão por Lampião era o que teria motivado Maria Bonita a ingressar no cangaço, de maneira voluntária, levando com que ela solicite sua entrada ao seu amado cangaceiro, demonstrando seus pontos fortes que seriam úteis ao bando.

Sei atirar, sou valente,
Posso até fazer um teste
Para ouvir bala zunir;
Peço que não me conteste,
Pois com um fuzil na mão,
Um bom punhal e um facão,
Sei que mato até a peste!
(Santos, 1963, p. 22)

Embora a entrada de Maria Bonita tenha, de fato, sido espontânea, fruto de um desejo de se livrar das atividades sertanejas rurais somado à paixão por Lampião, muitas mulheres presentes nos bandos tinham sido raptadas ou coagidas a participarem de tais dinâmicas.

No campo acadêmico e nas fontes consultadas – cordel, memórias,



obras de memorialistas - as reflexões sobre a incorporação da mulher nas fileiras do banditismo social, sinalizam para dois tipos de interpretações: os que defendem o ingresso voluntário, que pode ser exemplificado com Maria Bonita, Dulce, Cristina, Inacinha. Outros interpretam essa presença como resultado de uma ação violenta, ou seja, do rapto. Este se baseava no uso do terror e da coerção, como exemplificam os casos de Sila, Dadá, Lídia entre outras. Essas mulheres foram privadas abruptamente do convívio de seus familiares sob ameaça de retaliações. Ou ainda, em função das circunstâncias, como o caso de Enedina que se sujeitou à marginalidade do cangaço para acompanhar o marido, que fugia de perseguições das forças volantes, e visualizava no cangaço uma possibilidade de proteção (Freitas, 2005, p.117).

Com relação ao seu retrato heroico pintado pelo cordelista Antônio Teodoro dos Santos, segundo a historiadora Maria Cristina M. Machado (1978.), as mulheres mal participavam dos saques, tampouco pegavam nas armas. Tinham caráter pouco belicoso e a maioria ficava protegida. Sérgio Ribeiro da Silva, também conhecida como Dadá, integrante do bando de Corisco, confere suas memórias em um depoimento oral (Dias, 1989, p.34) abordando as mulheres do grupo, retrata que elas eram “gente de bem, gente de família, filhas de fazendeiros, tudo moça, mas teve também mulher casada que foi pro grupo. Maria de Lampião e Mariquinha de Anjo Roque eram casadas e se apaixonaram e fugiram pro bando. As outras eram tudo moças, meninas, filhas de gente de recurso”, desconstruindo qualquer traço bélico nas atividades femininas desenvolvidas no cangaço.

Fica claro, portanto, uma tentativa de exaltação e construção de um mito entorno da participação feminina, sobretudo, da figura de Maria Bonita no Cangaço. Principalmente, devido aos fortes elementos de romantização nos Cordéis, a mescla de acontecimentos reais com fictícios, o exagero das qualidades bélicas não exercidas e a omissão dos raptos que aconteciam com a maioria das mulheres que se encontravam nos bandos.

No entanto, a função do cordelista, além de retratar os ocorridos locais e do mundo, é representar o povo, como foi dito acima. Isso engloba aspectos reais, como esse próprio povo percebe a si mesmo, bem como cita Alencar (1977, p.28), o que no “(...) inconsciente o nordestino gostaria de ser...”; indo de encontro com o imaginário popular da época que não, necessariamente, correspondia com a realidade.



REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Aglaé D'Ávila Fontes de. A literatura de cordel e o relacionamento homem/mundo. **Revista Sergipana de Folclore**. Sergipe, 1977.
- CLAUDINO, Nadja Claudinale da Costa. **Entre o punhal e o afeto: imagens de Maria Bonita na historiografia e no cordel (1930/1938)**. UFCG. Cajazeiras, 2013.
- CURRAN, Mark. Joseph. **História do Brasil em Cordel**. São Paulo: Edusp. 2003.
- DIAS, José Umberto. **Dadá**. 2. ed. Salvador: EGBA/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1989.
- FREITAS, Ana Paula Saraiva de. **A presença feminina no cangaço: práticas e representações (1930-1940)**. UNESP. Assis: 2005.
- HOBBSAWM, Eric John Ernest. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense, 1975.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7ª edição. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.
- MACHADO, Maria Christina Russi da Matta. **Aspectos do Fenômeno do Cangaço no Nordeste Brasileiro**. São Paulo: FFLCH/USP, 1974.
- MORAES, Walfrido. **Jagunços e heróis: a civilização do diamante nas lavras da Bahia**. 4. Ed. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1991.
- SANTOS, Antônio Teodoro dos. **Maria Bonita, a mulher cangaço**. São Paulo: Prelúdio, 1963.